

Secretários estudam fórmulas para cobrir redução de receita

26 OUT 1988

por David Friedlander
de São Paulo

Os secretários estaduais de Planejamento estão procurando alternativas para cobrir a redução nas receitas previstas no Orçamento Geral da União do ano que vem, caso o Congresso aprove projeto que diminui de 25 para 10% o percentual da dívida externa que estados e municípios terão de pagar em 1989. Algumas hipóteses foram parcialmente discutidas ontem em São Paulo, durante o 6º Fórum dos Secretários Estaduais de Planejamento. Uma vez definidas, serão encaminhadas como sugestões à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Uma das alternativas colocadas em debate foi a de elevação no percentual de pagamento das dívidas externas das estatais federais no ano que vem. Segundo o secretário de Planejamento de Sergipe, José Carlos de Oliveira, as estatais federais irão pagar, em média, 5% de suas dívidas externas, enquanto por determinação do governo federal estados e municípios ficam obrigados a saldar 25% de seus débitos externos em 1989. Oliveira acha, portanto, que existe a possibilidade de elevar o total de pagamento das estatais, possibilitando redução para 10% nos encargos exigidos a estados e municípios.

"O problema consiste em encontrar recursos para que as estatais federais possam pagar um montante maior de suas dívidas

externas", explica o secretário de Sergipe. Para ele, existem três hipóteses que poderiam ser colocadas em discussão: elevação nos preços e tarifas cobradas pelas estatais; transferência para essas empresas de recursos inicialmente destinados a programas "prescindíveis"; e agilização do programa de privatização, com repasse dos recursos que fossem entrando no caixa do governo para as estatais.

De acordo com informações do secretário de Planejamento de São Paulo, Frederico Mazzuchelli, pelas regras estabelecidas pelo governo federal, no ano que vem os estados — que têm uma dívida externa com aval da União de quase US\$ 12 bilhões — terão de desembolsar US\$ 2 bilhões, enquanto as estatais federais, donas de uma dívida de US\$ 21 bilhões, pagariam apenas US\$ 1 bilhão. "É uma contradição séria", critica Mazzuchelli.

Na sua opinião, o governo poderia também indexar as transferências destinadas às operações oficiais de crédito, estimadas em pouco mais de CZ\$ 600 bilhões no ano que vem. O ganho real obtido através dessa medida seria utilizado para cobrir parte da redução da receita da União, provocada pela eventual aprovação do pagamento de apenas 10% das dívidas externas dos estados e municípios em 1989. Essas propostas serão discutidas mais detalhadamente em nova reunião, ainda sem data e local marcados.